



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE

ACEITO EM - / / 2019	Projeto de Lei - Vereador 146/2020	27/08/2020-15:50
APROVADO EM - / / 2019		Protocolo: 3875/2020
REJEITADO EM - / / 2019		Processo: 2892/2020
ARQUIVO -		

Altera o art. 4º, parágrafos 2º, 3º e insere
paragrafo 6º a lei 8.527 de 25 de agosto de 2020.

Art. 4

§ 1º

§ 2º A exceção será para a realização de "lives" artísticas e/ou solidárias nas plataformas digitais e eventos do tipo "drive-in" realizados ao ar livre;

§ 3º A realização destas "lives" e "drive-in" ficarão autorizadas desde que os artistas, músicos, técnicos e trabalhadores em geral, respeitem os protocolos de distanciamento e façam o uso de álcool gel e máscara, com exceção daqueles que utilizam instrumentos de boca e vocalistas.

§ 4º

§ 5º

§ 6º A proibição de realização de festas, eventos e atividades congêneres em espaços privados e públicos terá sua liberação gradativa a partir da liberação pelo protocolo do Estado do Rio Grande do Sul, respeitando-se os protocolos de segurança deliberados em Decreto Municipal.

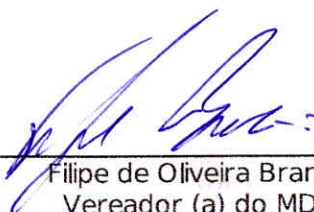
A iniciativa de apresentar a proposta de emenda ao projeto do legislativo municipal adveio do Grupo intitulado "GRUPO EVENTOSRG". O grupo representa 43 empresas riograndinas do ramo de entretenimento e afins, as quais reuniram-se em busca de defender seus interesses profissionais em meio a situação pandêmica atualmente vivida. Entretanto, os associados preocupam-se com a segurança de todos os envolvidos na realização de festas, eventos e atividades congêneres em espaços privados. Por isso, propõe a realização das modificações sugeridas para que o segmento não seja afetado de maneira a inviabilizar totalmente o retorno de suas atividades profissionais, mas que o retorno ocorra com o máximo de prudência que a situação exige. Portanto, a modificação dos parágrafos do art. 4º do projeto de lei se torna imprescindível, pois caso contrário o retorno do setor de eventos se tornará inviável enquanto perdurar o estado de calamidade. Inclui a realização de eventos tipo "drive-in", a exemplo de várias cidades em que o estilo já se tornou comum, em nossa cidade tal possibilidade estaria inviabilizada, uma vez que o projeto de lei veda qualquer possibilidade. Repisa-se que o Grupo está preocupado com a saúde de todos acima de tudo, mas acredita que é possível conciliar o retorno das atividades com a aplicação dos protocolos de segurança. O intuito é de uma retomada gradativa, a partir da decretação da bandeira amarela pelo estado do Rio Grande Sul. Pretende-se que as normas sanitárias de

034



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE

distanciamento e segurança sejam normatizadas pela Prefeitura Municipal, mediante decretos regulamentadores editados posteriormente à lei, em parceria com o GRUPO EVENTOSRG, de forma a estipular selos de garantia em conformidade com os protocolos de segurança, para garantir que efetivamente as normativas serão cumpridas e mantida a segurança da sociedade. Faz-se o apelo às autoridades diante da situação calamitosa que o setor de eventos se encontra atualmente, passados 5 meses da pandemia em que as atividades foram totalmente canceladas. O Grupo pede ao legislativo e executivo da cidade do Rio Grande que zele pelo setor, o qual foi o mais atingido de todos e teme por seu estrangulamento, enxergando nas modificações uma esperança do retorno as atividades rentáveis, assim como todos da sociedade buscam neste momento caótico. A exemplo de ações como esta, temos o GRUPO LIVE MARKETING de Porto Alegre, o qual somos parceiros e também está se mobilizando, inclusive junto ao executivo e legislativo Estadual para implantar as modificações legislativas para permitir o retorno de suas atividades em eventos. Segue em anexo plano simplificado do grupo para análise dos eminentes Vereadores e Prefeito da cidade do Rio Grande. Por todo o exposto, esta emenda visa trazer justiça social e equilíbrio no tocante os setor profissional de eventos, sem ferir o objetivo maior de todos que é manter a segurança em relação ao risco de contaminação do COVID-19.



Filipe de Oliveira Branco
Vereador (a) do MDB

Autenticidade: ohfepzkv2

04/1



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

DESPACHO

Processo nº 2892/2020

TIPO/Nº: PLV 156/20

Designo para exercer a função de Relator (a) da matéria o (a) Vereador (a)

Vel. GIOVANI MORAES

☒ Fica deferido, a pedido do Relator, o prazo do art. 42, § 1º, do Regimento Interno.

☐ Não Requerido o prazo do art. 42, § 1º do Regimento Interno.

Rio Grande, 31 de Agosto de 20 20

Felipe V. no f.

Presidente da Comissão

Deliberou o Relator:

☐ Enviar ao Consultor Jurídico.

☒ Não enviar ao Consultor Jurídico.

Rio Grande, 31 de 08 de 20 20

[Assinatura]

Relator

PARECER JURÍDICO

Rio Grande, de de 20

Consultor Jurídico

DESPACHO

Na condição de Relator (a):

☒ O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa.

☐ O presente projeto NÃO atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é inadequado a Técnica Legislativa.

OBS.: _____

Rio Grande, 31 de 08 de 20 20

[Assinatura]

Relator (a)

05/09



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROCESSO Nº: 2890/2020

TIPO/Nº: PLV 346/2020

AUTOR: Rei Felipe Branco

Colocado o Processo em votação na CCJ, votou cada membro:

<p>Vereador Flávio Maciel</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Constitucional <input type="checkbox"/> Inconstitucional <input type="checkbox"/> Antijurídico <input type="checkbox"/> Antiregimental <input type="checkbox"/> Inadequado a Técnica Legislativa</p> <p><u>Flávio Maciel</u> Presidente</p>	<p>Vereadora Andréa Westphal (Tia Déia)</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Constitucional <input type="checkbox"/> Inconstitucional <input type="checkbox"/> Antijurídico <input type="checkbox"/> Antiregimental <input type="checkbox"/> Inadequado a Técnica Legislativa</p> <p><u>Andréa Westphal</u> Vice - Presidente</p>
<p>Vereador Júlio César Pereira da Silva</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Constitucional <input type="checkbox"/> Inconstitucional <input type="checkbox"/> Antijurídico <input type="checkbox"/> Antiregimental <input type="checkbox"/> Inadequado a Técnica Legislativa</p> <p><u>Júlio César Pereira da Silva</u> 31/8/2020 Secretário</p>	<p>Vereador Giovani Morales</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Constitucional <input type="checkbox"/> Inconstitucional <input type="checkbox"/> Antijurídico <input type="checkbox"/> Antiregimental <input type="checkbox"/> Inadequado a Técnica Legislativa</p> <p><u>Giovani Morales</u> Membro</p>

<p>Vereador Rafa Ceroni</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Constitucional <input type="checkbox"/> Inconstitucional <input type="checkbox"/> Antijurídico <input type="checkbox"/> Antiregimental <input type="checkbox"/> Inadequado a Técnica Legislativa</p> <p><u>Rafa Ceroni</u> Membro</p>

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

- ☒ Constitucionalidade
☐ Inconstitucionalidade
☐ Antijuridicidade
☐ Antiregimentalidade
☐ Inadequação a Técnica Legislativa

Câmara Municipal, Rio Grande, 31 de Agosto de 2020.

Flávio Maciel
Presidente

008

Plv 146/2020

SESSÃO ORDINÁRIA

ATA nº 10404

Protocolo nº 3815/2020

Processo nº 2892/2020

Nº de ordem	Nome dos Vereadores	Favorável	Contra	Abstenção
01	VAVÁ	Presidindo		
02	ANDRÉA WESTPHAL – TIA DÉIA	/		
03	LAURINHA	/		
04	FILIPPE BRANCO	/		
05	DE LIMA	/		
06	CLÁUDIO COSTA	/		
07	BENITO METALÚRGICO	Ausente		
08	PROFESSORA DENISE MARQUES			/
09	EDINHO	/		
10	LUIZ FRANCISCO SPOTORNO			/
11	ROVAM CASTRO			/
12	CHARLES SARAIVA	/		
13	JULIO CESAR PEREIRA DA SILVA	/		
14	GIOVANI MORALLES	/		
15	RAFAEL CERONI	/		
16	ROGÉRIO GOMES	/		
17	JAIR RIZZO	Aus. Just.		
18	JOÃO DA BARRA	Aus. Just.		
19	ANDRÉ BATATINHA	Ausente		
20	REPOLHINHO	/		
21	FLÁVIO MACIEL	/		
	RESULTADO.....	13		03

DATA: 31 / 08 /2020.

Bruno
ASSESSORIA JURÍDICA DE PLENÁRIO



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

PROJETO DE LEI

**“ALTERA O ART. 4º,
PARÁGRAFOS 2º, 3º E INSERE
PARÁGRAFO 6º A LEI 8.527 DE 25
DE AGOSTO DE 2020.”**

Art. 1º Altera o art. 4º da Lei 8.527 de 25 de agosto de 2020:

Art. 4º

§1º

§ 2º A exceção será para a realização de "lives" artísticas e/ou solidárias nas plataformas digitais e eventos do tipo "drive-in" realizados ao ar livre;

§ 3º A realização destas "lives" e "drive-in" ficarão autorizadas desde que os artistas, músicos, técnicos e trabalhadores em geral, respeitem os protocolos de distanciamento e façam o uso de álcool gel e máscara, com exceção daqueles que utilizam instrumentos de boca e vocalistas.

§4º

§5º

§ 6º A proibição de realização de festas, eventos e atividades congêneres em espaços privados e públicos terá sua liberação gradativa a partir da liberação pelo protocolo do Estado do Rio Grande do Sul, respeitando-se os protocolos de segurança deliberados em Decreto Municipal.

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!

Rua General Vitorino, 441 - CEP: 96200-310 - Fone: (53) 3233.8500 - Rio Grande - RS
e-mail: cmrg@camarariogrande.rs.gov.br site: www.camarariogrande.rs.gov.br

DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS!

08



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

Ofício nº 0668/2020-CMRG
Prot. 3875/2020

Rio Grande, 1º de setembro de 2020.

A Sua Excelência
Alexandre Duarte Lindenmeyer
Prefeito Municipal
Rio Grande-RS

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Encaminhamos a Vossa Excelência, o Projeto de Lei, em anexo, para sua devida apreciação, aprovado na data de hoje.

Atenciosamente,


Ver. Ivair Pereira Souza (Vavá)
Presidente da Câmara Municipal do Rio Grande

ANEXO: “ALTERA O ART. 4º, PARÁGRAFOS 2º, 3º E INSERE PARÁGRAFO 6º A LEI 8.527 DE 25 DE AGOSTO DE 2020.”